

---

# PROCEDIMENTOS PARA AVALIAR O DESEMPENHO ESCOLAR DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS: Práticas no Ensino Fundamental

Suzanli Estef  
Patrícia C. Macedo do Amaral Araujo

## INTRODUÇÃO

Passados 20 anos da promulgação da *Declaração de Salamanca* (UNESCO, 1994), os sistemas de ensino ainda se deparam com dificuldades para implementação de políticas que garantam a inclusão no ensino comum de alunos com necessidades educacionais especiais.

Sobre o conceito de alunos com necessidades educacionais especiais, alguns autores utilizam para caracterizar uma condição que todos os alunos, de maneira geral, podem apresentar ao longo do seu processo formativo.

Para Glat e Pletsch (2011, p. 21),

O conceito de necessidade educacional especial engloba tanto as características individuais do aluno quanto o contexto histórico-cultural em que vive e se constitui; ou seja, refere-se tanto à constituição orgânica psicológica do sujeito quanto à sua condição social frente à cultura escolar.

Assim, nessa perspectiva, não só os alunos com deficiência, mas também aqueles que apresentarem algum tipo de demanda específica de suporte para o processo ensino-aprendizagem são, também, considerados alunos com necessidades educacionais específicas. Ainda de acordo com Costa e Carneiro (2009, p. 35)

[...] os desvios de comportamento, a falta de disciplina em sala de aula também podem ser considerados como necessidades educacionais específicas e os motivos para esses desvios são os mais variados: desestruturação familiar, problemas sociais, desemprego, desnutrição, alcoolismo, drogas em geral, violência em casa, entre outros casos. Esse tipo de necessidade educacional específica e outros tipos de deficiência diagnosticada por laudos médicos necessitam de total atenção e amparo para se evitar a evasão escolar.

Porém, embora reconhecendo a abrangência do conceito, o termo Necessidades Educacionais Especiais será utilizado aqui para se referir aos alunos com “deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação”, conforme apontados nos documentos do Ministério da Educação (BRASIL, 2008, p.9). Não se restringindo a esses grupos e incluindo também outros aspectos que possam influenciar no processo ensino-aprendizagem tais

---

como “transtornos funcionais específicos, como por exemplo: dislexia, hiperatividade, distúrbios emocionais, e outras situações que possam exigir procedimentos pedagógicos diferenciados (BRAUN; MARIN, 2012, p. 3)”.

Sendo assim com esse público, até então restrito ao ensino especial, é indispensável que as instituições escolares desenvolvam o exercício pedagógico para a diversidade. Em outras palavras, cada vez mais as escolas se defrontam com uma maior heterogeneidade do seu alunado, requerendo uma reorganização do seu projeto político pedagógico, de suas práticas pedagógicas e da dinâmica escolar de uma maneira geral. Pois, de acordo com a política da Educação Inclusiva, qualquer aluno, independente de suas condições, tem direito de acesso e permanência no ensino regular, cabendo à escola a competência de garantir sua aprendizagem (GLAT & BLANCO, 2009).

Diante desse cenário um dos grandes desafios para a escola regular é a avaliação do desempenho escolar do aluno, processo esse que, de modo geral, é baseado em uma organização escolar seriada e tem caráter classificatório, tratando-se de um modelo educacional separado em anos, idade do estudante e seu nível de desenvolvimento, com conteúdos curriculares pré selecionados e que ao final de cada ano letivo promove (ou não) a inserção em séries seguintes.

Perrenoud (1996) aponta o aparecimento da seriação em fins do século XIV, em escolas religiosas dos Países Baixos, como forma de separar uma grande quantidade de alunos. Tal organização possibilitava uma divisão do trabalho pedagógico de modo racional. As palavras desse autor explicam o sistema seriado e exemplificam o modelo atual de escola e da lógica da avaliação nos sistemas escolares, nos trazendo de forma condensada, toda uma gama de características da escola que historicamente operou a seletividade, mediante práticas avaliativas, fragmentação do conhecimento e visão utilitarista.

Nesse sentido, podemos considerar que a avaliação está intrinsecamente interligada às práticas pedagógicas, à concepção conceitual do professor sobre a avaliação escolar, ao currículo e à proposta política educacional da instituição de ensino. Sobre avaliação docente Dalben (2004) disserta

[...]ato de avaliar depende da percepção que cada um tem de si, de sua prática pedagógica e de sua própria relação com a escola. Exige reflexão sobre o papel da escola na sociedade atual, sobre a natureza e o âmbito do conhecimento escolar, reflexão sobre seu próprio papel diante do conteúdo que é veiculado e como mediador na relação do aluno com esse conhecimento. Exige o conhecimento do aluno e da sociedade, conhecimento do hoje, do ontem e ainda uma capacidade de prever um futuro próximo, já que formamos um jovem para o amanhã. (p.183)

---

Pensando que a inclusão escolar está sendo conduzida nessa estrutura pré-determinada uma das questões que vêm preocupando os educadores e que vale questionar, é como se estabelece a avaliação dos alunos público alvo da Educação Especial ou seja dos alunos com necessidades educacionais especiais. Assim, tem sido pautado por diversos autores a discussão sobre a diferenciação no ensino (ANDRÉ (1999); GLAT & PLETSCHE, (2013), entre outros) como uma estratégia para garantir a este alunado o acesso aos conhecimentos acadêmicos e sociais, promovido nos espaços escolares. O ensino diferenciado sustenta a ideia da realização de práticas pedagógicas organizadas em prol de atender as necessidades educacionais especiais dos alunos.

Na proposta educacional que tem como finalidade alcançar as metas de escolarização dos alunos que apresentam especificidades e diferenças no aprendizado, cabe o questionamento de quais adaptações são necessárias para a garantia do processo de ensino e aprendizado. Partindo dessa premissa, podemos considerar que o olhar para a diversidade, a diferenciação no ensino, bem como as adaptações necessárias para atender a escolarização dos alunos com necessidades educacionais especiais requer também modificações nas ações pedagógicas.

Seguindo essa perspectiva, a proposta do ensino colaborativo parece ser uma alternativa ou possibilidade de ação pedagógica que favorece as práticas de avaliação escolar, pois, conforme dissertam Glat e Pletsch (2011)

caracteriza-se pelo trabalho colaborativo entre o professor regente da turma e um professor de apoio da educação especial [...] trabalham juntos na classe comum, dividindo a responsabilidade de planejar, avaliar e organizar as práticas pedagógicas para atender às demandas colocadas pela inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais (p. 24).

Conforme o descrito, pelas autoras, essa prática docente caracteriza-se por um sistema de parceria entre professores regentes do ensino comum e professores de suporte da educação especial, com o objetivo em comum da busca pela resolução dos problemas de aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais. Tais profissionais aliam-se utilizando a participação mútua em sala de aula, bem como a troca de conhecimentos da educação especial e da educação geral, atuando em colaboração, compartilhando o espaço da sala de aula, bem como a responsabilidade de planejar, organizar e avaliar os conteúdos e a apropriação dos conhecimentos por parte do aluno. Entretanto para que isso aconteça, de fato, é necessário que exista uma parceria, uma relação de cumplicidade e um entendimento mútuo entre esses docentes (MACEDO, 2016).

Frente a esta realidade justifica-se o investimento em pesquisas relacionadas a práticas pedagógicas diferenciadas que proporcionem métodos para facilitar o processo de avaliação escolar

---

desses alunos. Pesquisas com de Cunha & Siebert (2009) no Estado de Santa Catarina, Fontes (2009) no Estado do Rio de Janeiro, especificamente no município de Niterói e Zerbato, Vilaronga, Mendes e Paulino (2012) no Estado de São Paulo, no município de São Carlos e mais recentemente Estef (2016)<sup>1</sup> apontam que a avaliação do processo de ensino e aprendizagem em equipe e o compartilhamento de diferentes práticas e experiências buscam meios para que esses alunos enfrentem o processo de escolarização e auxiliem na inclusão escolar.

Desta forma, o presente estudo busca apresentar a análise de práticas pedagógicas no processo de avaliação escolar de alunos com necessidades educacionais especiais a partir da visão dos professores e coordenadores do Ensino fundamental do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira - CAp/UERJ, que vem desenvolvendo práticas pedagógicas diferenciadas frente as novas políticas de inclusão.

## **METODOLOGIA**

A presente pesquisa consistiu de um trabalho de campo, um estudo de caso, de matriz qualitativa, que compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam descrever e decodificar os componentes de um sistema complexo de significados.

Para Gatti e André (2011, p.30) “a abordagem qualitativa defende uma visão holística dos fenômenos, isto é, que leve em conta todos os componentes de uma situação em suas interações e influências recíprocas”. Por isso, a pesquisa qualitativa atende aos objetivos de grande parte das investigações no campo da educação.

Como procedimento de coleta de dados foram utilizadas entrevistas semiestruturadas, que podem ser utilizadas como único instrumento de coleta de dados, ou então, para complementar as informações obtidas por outras fontes. Para Manzini (2012) o pesquisador que irá buscar dados por meio de entrevista terá uma fonte de natureza muito particular: a versão de um sujeito ou grupo sobre um evento ou fato. Isso significa que trataremos não do fato ou evento em si, mas sim sobre como este foi vivenciado pelo entrevistado, como faz parte da sua realidade.

Esse procedimento de coleta de dados, parte de um roteiro básico, utilizado de forma flexível, de maneira a possibilitar que o pesquisador possa realizar adaptações ao longo da

---

<sup>1</sup> Dissertação de mestrado intitulada *Concepções sobre os processos de avaliação escolar para alunos com necessidades educacionais especiais: sob a ótica docente*, que apresentou como principal objetivo a análise do processo de avaliação escolar de alunos com necessidades educacionais especiais incluídos no ensino regular, especificamente no Ensino Fundamental, a partir da visão de professores e equipe pedagógica de uma instituição pública, no Estado do Rio de Janeiro.

---

entrevista. Optamos pelo modelo semiestruturado para manter o foco do nosso objeto de estudo, que foi analisar como acontecem as práticas pedagógicas no processo de avaliação escolar de alunos com necessidades educacionais especiais, na concepção dos educadores.

Os participantes dessa pesquisa foram educadores que estavam envolvidos com a escolarização de alunos com necessidades educacionais. Sendo assim, duas coordenadoras: uma da Educação Básica<sup>2</sup> e uma de Ações Inclusivas<sup>3</sup>; três professores do 1º segmento do Ensino Fundamental e quatro professores do 2º segmento do Ensino Fundamental. Foram realizados contatos por emails e pessoalmente explicando o estudo, fazendo o convite para participação na pesquisa e agendando encontros com data, local e horário para apresentação detalhada do projeto e realização das entrevistas.

Conforme mencionado, as entrevistas semi-estruturadas foram baseadas em um roteiro, desenhado de acordo com os objetivos da pesquisa. Para Manzini (2003, apud 2004, p.03) “O roteiro serviria, então, além de coletar as informações básicas, como um meio para o pesquisador se organizar para o processo de interação com o informante.”

Para validação o roteiro das entrevistas foi encaminhado para duas avaliadoras, professoras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com pós-graduação (uma doutora e outra mestre) em Educação e experiência em pesquisa na área de Educação Inclusiva. Segundo Manzini (2003), a função destes avaliadores é realizar uma apreciação dos instrumentos, associando aos objetivos da pesquisa, traçando observações e sugestões pertinentes para que as questões possibilitem respostas que atendam ao propósito do estudo.

Após a validação do roteiro, foram agendadas as entrevistas com os educadores participantes. Antes de cada entrevista os participantes foram informados sobre os objetivos e procedimentos da pesquisa e o projeto foi disponibilizado para aqueles que tivessem interesse. Todos assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido e concordaram que as entrevistas fossem gravadas em áudio. Estas tiveram a duração de, aproximadamente, 20 a 50 minutos cada e foram, posteriormente, transcritas literalmente.

---

<sup>2</sup> Coordenação da Educação Básica - Essa coordenação está subordinada diretamente a direção do Colégio. Tem como objetivo conduzir os pedagogos de cada ano, dando suporte no acompanhamento dos professores e alunos. Como também, articular estratégias e documentos em todos os segmentos do Colégio.

<sup>3</sup> Essa coordenação está subordinada ao NAPEC - Núcleo Pedagógico e tem como objetivo dialogar e articular estratégias, documentos e encaminhamentos sobre a inclusão escolar de estudantes com necessidades educacionais especiais, em todos os segmentos do Colégio.

---

De acordo com Franco (2008) o objetivo das pesquisas devem ser "produzir conhecimento a partir da coleta de dados" (p.121), corroborando com esse autor entendemos a importância de uma análise dos dados bem elaborada, para que o estudo possa oportunizar novas reflexões, novas pesquisas e contribuir para o aprimoramento das práticas. Desta forma, realizamos a análise de conteúdo aprofundada a partir das informações de composição do campo da pesquisa, das entrevistas semiestruturadas e dos referenciais teóricos sobre a temática de avaliação escolar.

Buscando seguir um enfoque de tratamento qualitativo, que segundo Pletsch (2005, p.64) “[...]tenta proporcionar aos pesquisadores um meio para compreender as relações sociais em determinado tempo e espaço”, ponderamos a relação, a pertinência e as implicações dos objetivos da pesquisa com os referenciais teóricos e as reflexões sobre o material coletado.

Para iniciar a análise foram realizadas leituras de todas as transcrições das entrevistas, destacando pontos importantes da fala dos entrevistados, tendo como base os objetivos do estudo.

Na etapa seguinte, considerando quando Franco (2012, p.22) disserta sobre a análise dos dados, destacando que “as operações de comparação e de classificação implicam o entendimento de semelhanças e diferenças”, realizamos o agrupamento dos dados distribuindo sistematicamente segundo as analogias das falas dos entrevistados. Essa organização associada aos objetivos do estudo possibilitou a detalhada análise dos dados.

## **RESULTADOS**

O CAp/UERJ prevê no Projeto Político Pedagógico atendimento educacional especializado (AEE) à alunos com necessidades educacionais especiais, atendendo aos preceitos legais (BRASIL, 2008), como também às regulamentações internas do colégio. A oferta deste serviço foi institucionalizado pela Deliberação n.12/2014 do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, 2014), que institui o atendimento nos espaços da sala de aula e, por vezes, fora dela. Vale lembrar que o colégio não oferece a modalidade de sala de recursos.

Conforme o PPP:

A proposta do Atendimento Educacional Especializado – Ensino Colaborativo tem por finalidade o atendimento de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais na escola básica e que, por conta de um desenvolvimento diferenciado dos demais alunos, apresentam demandas para a organização de estratégias específicas que favoreçam o desenvolvimento e aprendizagem, garantindo o processo de escolarização.

---

Para estes alunos são necessárias **adequações nas ações pedagógicas** em sala de aula e fora dela, as quais podem envolver o currículo, o **processo de avaliação**, a ação didática em sala de aula, o planejamento escolar. A metodologia pedagógica para o desenvolvimento das ações no Atendimento Educacional Especializado (AEE) segue o viés da proposta do Ensino Colaborativo na qual se prevê ações que mediam os processos de ensino, tanto em sala de aula, quanto fora dela, quando há necessidade de individualização de ensino para complementar as estratégias para a aprendizagem do aluno (p.75. Grifo nosso).

Articulando as informações obtidas na entrevista, com o PPP, constatamos um movimento da construção de um trabalho de suporte, que tem suas ações pedagógicas demarcadas pelo Ensino Colaborativo composto pela Bidocência e pelo Mediador ou facilitador de aprendizagem (GLAT; PLETSCHE, 2011). Entendemos que tais práticas afetam diretamente o processo de avaliação dos alunos, tendo em vista que as vivências no cotidiano escolar estão entrelaçadas ao processo de ensino e aprendizado.

### **PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO ESCOLAR NO 1º SEGMENTO**

O Ensino Colaborativo no 1º segmento se organiza com um professor especialista ou um estagiário cuidando de assuntos específicos do atendimento educacional especializado, compartilhando as ações com os professores do núcleo comum e articulando as informações individualizadas do aluno.

Essa proposta caracteriza-se com uma ação de interlocução, entre a Educação Básica e a Educação Especial tendo vista as necessidades e desafios que emergem de contextos inclusivos e de estratégias que são imprescindíveis na atuação da equipe pedagógica. Bem como, elaboração em conjunto, entre o representante do atendimento educacional especializado e os professores regentes, das adaptações necessárias para a avaliação desse aluno.

Durante o COC, ou durante esse procedimento que fecha, esses professores que trabalham com esse aluno - as duas regentes e a do atendimento educacional especializado - sentam e ponderam de acordo com o processo ou os instrumentos que foram pensados para fazer essa sondagem, e aí dão a nota (Professor II).

O acompanhamento desse profissional ocorre, também, nos momentos de realização da avaliação "formal", quando o aluno realiza as provas e testes em um espaço separado do resto da turma

A prova dele pela formatação, era uma formatação adaptada, ele saía da sala de aula, ele ia para um outro espaço para fazer sozinho, utilizando o tempo que ele achasse necessário. **A**

---

prova é feita com mediador o tempo todo do lado e com os registros [...]. Com espaço na prova para fazer os registros de como e que ele fez aquela questão. Foi com ajuda, foi sem ajuda? Qual foi a questão que empacou? O que ali deu problema? (Professor II. Grifo nosso)

Portanto, no 1º segmento, a atuação do professor do atendimento educacional especializado ocorre articulando as ações entre a equipe escolar, a favor do processo de escolarização. Essas ações colaboram com a intenção de alcançar uma real avaliação do desempenho de alunos com necessidades educacionais especiais, caracterizado-se como ponto positivo na inclusão escolar.

### **PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO ESCOLAR NO 2º SEGMENTO**

Conforme as características do 2º segmento e com base nas orientações curriculares específicas (BRASIL, 1997) no CAP/UERJ os procedimentos para avaliação do desempenho escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais não apresentam distinções significativas dos utilizados com os demais alunos. Este é um dos aspectos em que fica claro a contradição entre a proposta de Educação Inclusiva, que considera a individualização do ensino para atender às particularidades de cada sujeito e um sistema de avaliação classificatório, com um forte ênfase e valorização no fator quantitativo expressado pela apresentação de notas.

Conforme expressa a Coordenadora II:

[...] no segundo segmento a gente sabe que lá é muito mais pontual essa ideia. A gente percebe que lá esse momento do instrumento é o que bate o martelo sobre a questão quantitativa da nota [...].

Entendemos que a importância da nota como parâmetro primordial de avaliação é inerente ao sistema escolar e, compõe a estrutura educacional do Colégio de Aplicação da UERJ, porém a supervalorização da nota deixa de se considerar as especificidades dos alunos, sobressaindo o desempenho quantitativo.

Entretanto, na análise dos dados, foi possível identificar que os professores tem procurado avançar em seu planejamento com ações pedagógicas e práticas avaliativas que favoreçam o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, contemplando suas especificidades. Conforme explicitado abaixo:

[...] assim, o que eu acho que mais ajuda na promoção dele (aluno com deficiência intelectual que está na sua turma) são as avaliações que são passadas. Assim, a cada semana ele tem uma pequena avaliação para fazer. Eu acho que como é pouca coisa, é um assunto pequenininho [...] ajuda muito mais do que a própria prova trimestral. (Professor IV)



---

Contemplamos nas falas várias estratégias de avaliação diferenciada para os alunos com necessidades educacionais especiais, desde a adaptação do instrumento, até a prática docente em colaboração.

No 2º segmento a estratégia já não é mediação tão sistemática na sala de aula. Ela parte de uma atuação muito próxima aos pedagogos que coordenam cada ano de escolaridade. É de suporte ao estudante, porque eles já são maiores e não estava sendo muito bem-vinda a ideia de alguém colado neles na sala de aula. Então, surgiu essa ideia, digamos, de uma tutoria colaborativa [...] ... que até tem o nome de uma assessoria colaborativa, que não tem uma intensidade como existe no primeiro segmento de mediação na sala de aula. [...] É uma das ações de inclusão dentro do Instituto de Aplicação [...] para além do que está posto na lei do atendimento educacional especializado na sala de recursos previsto no contra turno ninguém deixa oferecer quando é preciso no contra turno, mas, o atendimento é prioritariamente no turno do aluno para que você possa entender dentro da sala de aula. (Coordenadora II)

Conforme já discorrido, o CAP/UERJ tem adotado a modalidade de Ensino Colaborativo, que tem ocorrido, efetivamente, com uma equipe formada no 1º segmento. O 2º segmento vem utilizando alguns meios a fim de cooperar com a inclusão escolar desses alunos, como também buscando favorecer as práticas avaliativas, porém ainda não existe uma equipe formada para esse atendimento.

Destacamos algumas falas que abordam o trabalho colaborativo no 2º segmento

É assim eu não consigo pensar isso sozinha. Acho que tem que sentar com a equipe dos professores do ano de escolaridade, com base no processo que ela já executou, que o aluno já desenvolveu; dizer assim: bom, ele precisa saber isso, isso, isso. Para propor como é que eu avanço com esse aluno[...] (Coordenadora II)

Percebemos que existe uma organização institucional no CAP/UERJ que contempla procedimentos alternativos para avaliar os alunos com necessidade educacional especial. Embora esse processo já esteja mais sedimentado no 1º segmento do Ensino Fundamental, no 2º segmento já estão em andamento ajustes para se encontrar um parâmetro que favoreça a avaliação desses alunos, conforme constatamos nas seguintes falas

[...] foi extremamente difícil quando a gente fez a nova Portaria, a aceitação dos professores, porque ela entra alguns detalhes que o professor fala assim: "Péra ai!" Porque está interferindo na minha prática. Mas tem que interferir na prática, é isso; por que como é que você muda a prática? (Coordenadora I)

---

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como finalidade a inclusão escolar desses alunos, ações docentes diferenciadas podem ser vistas como fatores positivos para a organização pedagógica, bem como para favorecer o processo de avaliação de alunos com necessidades educacionais especiais.

Portanto, a partir dessas colocações podemos reafirmar que o CAp/UERJ tem buscado ações para favorecer o processo de avaliação do desempenho escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais. A diferenciação nas práticas pedagógicas, tanto no que diz respeito a adaptações, quanto a modificações são possibilidades que apareceram na fala dos entrevistados como fatores facilitadores para a avaliação do desempenho escolar desses alunos.

Entretanto um fator é imprescindível ressaltar, a formação da equipe de apoio da Educação Especial, caracterizada pelo Ensino Colaborativo, é fundamental para o desenvolvimento do trabalho pedagógico. Esse atendimento educacional especializado já está organizado e se consolidando no 1º segmento, dando subsídio para essa discussão e exercendo a função de modelo para as práticas pedagógicas do 2º segmento. Sobre o desenvolvimento desse trabalho, a entrevista abaixo esclarece

[...] primeiro, se essa estrutura que nós temos hoje não se modificar, se uma equipe do AEE não se constituir no 2º segmento para poder começar a estruturar outras estratégias sobre esse processo, a perda já é dada hoje. Tanto é dada que há dois anos atrás se perdeu no 9º ano um aluno que com autismo não suportou [...] ele vinha desde o 1º ano aqui. Então, eu não preciso, já tem um dado que me diz que essa estrutura se assim se mantiver eu vou ter perdas significativas e irreversíveis em relação ao desenvolvimento desse sujeito; não tenho dúvida disso porque, por mais que eu possa contar com a disponibilidade e por mais que eu possa contar com profissionalismo de cada um dos colegas do 2º segmento, não há possibilidade dessa estrutura, que é segmentada em termos de currículo, fazer uma articulação. Porque não há possibilidade de encontro para sentar os 13 professores, não há possibilidade de encontro para planejar os 13. (Coordenadora II).

Neste sentido, nos chamou a atenção a transição dos alunos do 1º para o 2º segmento, pois nessa transferência as dinâmicas pedagógicas apresentam-se diferentes, até pelas próprias constituições e organizações curriculares de cada segmento, com isso estabelecem elementos que reforçam realidades distintas dentro da mesma unidade escolar. Tais fatores, certamente, trazem dificuldades para os alunos, sobretudo aqueles que apresentam necessidades educacionais especiais que precisam de uma sistematização ainda maior que os demais.

Conforme descrito na análise de dados, o 2º segmento apresenta uma estrutura curricular segmentada, a divisão das disciplinas não favorece um trabalho interdisciplinar e dificulta ações

---

docentes que unam o conteúdos. Este contexto não colabora para que o diálogo entre os professores intercorra, impedido que troca de experiências e a busca por acordos pedagógicos aconteça. Nesse sentido, a presença de uma equipe de Atendimento Educacional Especializado se faz necessária e importante quando poderia ocasionar novas possibilidades de avaliações do desempenho escolar dos alunos.

Os dados evidenciam que o profissional de apoio da educação especial proporcionaria uma interlocução entre os treze professores que atuam em ano do 2º segmento, possibilitando conexões que harmonizem as interfaces das disciplinas e, principalmente, adaptando avaliações a fim de direcionar o trabalho docente a contemplar o processo de escolarização e de inclusão escolar desses alunos.

Portanto, compreendemos a importância da formação e atuação de uma equipe de atendimento educacional especializado, no 2º segmento, que facilitaria o intercâmbio com os professores atuantes da Educação Básica, agregando ações docentes em conjunto. Ou seja, associando práticas que favoreçam os processos de avaliação do desempenho escolar dos alunos ao processo de escolarização e, portanto, a inclusão escolar.

Corroborando com essa ideia, Glat e Pletsch (2011, p.73) discorrem que “a implementação da proposta de educação inclusiva exige transformações profundas na organização e cultura escolares”. Este caminho passa também por uma escola estruturada para atender à diversidade de alunos, com currículos e metodologias flexíveis, métodos de avaliação diferenciados, planejamento individualizado, enfim, uma série de componentes que permitirão que os alunos se beneficiem das propostas curriculares oferecidas.

Este estudo pretende contribuir com reflexões sobre processos de avaliação diferenciados para alunos com necessidades educacionais especiais, visando atender às suas demandas de aprendizagem no contexto da inclusão escolar. Também se propõe a discutir possibilidades de ações que contribuam com a organização pedagógica de unidades de ensino regular, bem como ampliar a produção científica sobre avaliação escolar.

## REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, M. (org.). *Pedagogia das diferenças na sala de aula*. Campinas: Papyrus, 1999.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental*. – Brasília : MEC/SEF, 1997.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. *Inclusão: Revista da Educação Especial*, Brasília, v. 4, n 1, janeiro/junho 2008.

- 
- BRAUN, P.; MARIN, M. Práticas docentes em tempos de inclusão: uma experiência na escola básica. e-Mosaicos – Revista Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira(CAP- UERJ), ano 1, v. 1, n. 2, dez. 2012.
- COSTA, V.A.da; CARNEIRO, W. (Orgs.). Políticas públicas em educação: pesquisas em confluência. Niterói: Editora Intertexto, 2009.
- CUNHA, C.M & SIEBERT, E.C. Bidocência: Inclusão ou exclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais? Anais IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, III Encontro Brasileiro de Psicopedagogia, 26 a 29 de outubro, PUC/PR, 2009.
- DALBEN, A. I. L. de F. Conselhos de classe e avaliação. Campinas, S.P: Papyrus, 2004.
- ESTEF, S. Concepções sobre os processos de avaliação escolar para alunos com necessidade educacionais especiais: sob a ótica docente.2016.144fls. Dissertação Mestrado em Educação - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- FONTES, R. S. Ensino Colaborativo: uma proposta de educação inclusiva. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2009.
- FRANCO, M. A. R. S. Pesquisa-ação e prática docente: articulações possíveis. In: PIMENTA, Selma Garrido; FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro. (Orgs.). Pesquisa em educação: possibilidades investigativas / formativas da pesquisa-ação. p. 103-138.v.01. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- FRANCO, M. L. P. B. Análise de Conteúdo. 4. ed. Brasília: Liber Livro, 2012.(Série Pesquisa, v. 6).
- GATTI, B; ANDRÉ, M. A relevância dos métodos de pesquisa qualitativa em Educação no Brasil. In: Wivian Welle; Nicolle Pfaff (Orgs.). Metodologias da Pesquisa Qualitativa em Educação: teoria e prática. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p.29-38.
- GLAT, R; BLANCO, L. Educação Especial no contexto da Educação Inclusiva. In: Glat, R. (Org). Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: 7 Letras, p.15-35, 2009.
- \_\_\_\_\_; PLETSCHE, M. D. Inclusão escolar de alunos com necessidades especiais. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2011.
- \_\_\_\_\_; PLETSCHE, M. D. Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013.
- MACEDO, P. C. Atendimento especializado para alunos com necessidades educacionais especiais no Instituto de Aplicação da UERJ: reflexões sobre o trabalho docente articulado. Dissertação (Mestrado). – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- MANZINI, E. J. A. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada. In: MARQUEZINE, M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE, S. (Org.). Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial. Londrina: Eduel, 2003. p. 11-25.
- \_\_\_\_\_. Considerações sobre a entrevista para a pesquisa social em educação especial: um estudo sobre análise de dados. In: JESUS, Denise Meyrelles.; BAPTISTA, Cláudio Roberto.; VICTOR, Sonia Lopes. Pesquisa e educação especial: mapeando produções. Vitória: UDUFES, 1. ed. digital, p. 363-388, 2012.
- PERRENOUD, P. La construcción del éxito y del fracaso escolar.2ed.actual. Trad. Pablo Manzano y Tomás del amo. La Coruña: fundación Paideia; Madrid: Ediciones Morata, 1996.
- PLETSCHE, M.D. O professor itinerante como suporte para Educação Inclusiva em escolas da Rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 2005.
- UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Deliberação nº 12/2014. Promulgada em abril de 2014, Rio de Janeiro, 2014.
- UNESCO. Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE). Declaração de Salamanca de princípios, política e prática para as necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1994.
- ZERBATO, A.P; VILARONGA, C.A.R; MENDES, E.G & PAULINO, V.C. O professor de educação especial na proposta de Co-ensino no município de São Carlos: diagnóstico inicial. In: Anais do VI Congresso Brasileiro de Educação Especial, UFSCar, São Carlos (SP) 2012.

---

## RESUMO

Este estudo analisa como acontecem as práticas pedagógicas no processo de avaliação escolar de alunos com necessidades educacionais especiais no Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira - CAP/UERJ, a partir da visão dos professores e coordenadores do Ensino Fundamental. Realizamos uma pesquisa qualitativa, utilizando como instrumentos de coleta de dados entrevistas semiestruturadas. O presente estudo indica que examinar a avaliação do desempenho escolar conduz à discussão do vínculo das atividades de avaliação com as demais ações educativas vividas no cotidiano escolar. A partir da análise de dados um dos aspectos que mais chamou atenção foi a maneira como a equipe pedagógica do CAP/UERJ procura organizar as práticas docentes para atender às necessidades educacionais dos alunos com dificuldades de aprendizado, dentro das exigências curriculares. O 1º segmento trabalha com o atendimento especializado a partir de uma equipe estruturada através da modalidade do Ensino Colaborativo, na qual um profissional de apoio da educação especial proporciona uma interlocução entre os professores, ajudando a desenvolver adaptações, inclusive, de avaliação. A organização do 2º segmento não apresenta essa formação. Nesse sentido, seria muito profícua a presença de uma equipe de atendimento educacional especializado para proporcionar novas possibilidades de avaliação do desempenho escolar dos alunos.

**Palavras-chave:** Ensino Fundamental. Avaliação Escolar. Práticas diferenciadas. Atendimento educacional especializado.